

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA TERRITORIAL DO PLANO DIRETOR  
PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA – REGIONAL III  
(AP-06)**

Aos oito dias do mês de junho do ano de 2006, às 18h e 30 minutos, na CC Bela Vista, situado à Rua Viriato Ribeiro, s/n, no Bairro Bela Vista, em Fortaleza-Ceará, Paula Rabelo, da SEPLA, declarou aberta a audiência pública territorial da área de participação (AP 06) do Plano Diretor Participativo, da Secretaria Executiva Regional III, composta pelos Bairros Amadeu Furtado, Bela Vista, Padre Andrade, Parque Araxá, Parquelândia, Pici, Presidente Kennedy e Rodolfo Teófilo. Em seguida fez os esclarecimentos necessários e comunicou que as inscrições e estão sendo feitas na entrada do Centro Comunitário desde às 17 e 30 horas, e que existe também uma equipe de técnicos do Plano Diretor que estão recebendo propostas de acordo com os Eixos Estratégicos, e que as pessoas poderiam tirar dúvidas e receber orientações. Paula informou que a equipe técnica estaria recebendo as propostas até o encerramento da exposição técnica, que será feita pelo arquiteto Daniel Rodrigues, da Habitafor. Falou ainda que cada pessoa guardasse bem a cédula que recebeu no ato da inscrição, uma vez que servirá para que a pessoa escolha os delegados territoriais ao final da apresentação. Em seguida o Senhor Secretário Municipal de Planejamento e Orçamento, José Meneleu Neto, fez uma saudação inicial. Falou do momento ímpar em que a população e o Poder Público Municipal estão reunidos para debater e construir uma Fortaleza melhor e mais justa para todos. Disse que o Plano Diretor é uma Lei de iniciativa do poder Executivo, a ser aprovada pela Câmara Municipal. Esta lei está sendo elaborada a partir de um processo participativo envolvendo representantes de vários territórios. Segundo o Secretário o Plano Diretor é um instrumento norteador da política de desenvolvimento urbano municipal. Isto significa que orienta o crescimento e a organização dos espaços urbanos de modo que a cidade e a propriedade cumpram a sua função social. O Plano Diretor também vai orientar o governo nas prioridades de investimentos públicos em relação ao desenvolvimento urbano, como por exemplo, em que áreas da cidade devem ser construídas os conjuntos habitacionais e os equipamentos de saúde, educação, lazer. Após a explanação do Sr. Secretário de Planejamento, a assessora técnica da Prefeitura Municipal de Fortaleza, Arquiteta Beatriz Rufino, lembrou que estão sendo realizadas diversas audiências pela cidade para construir de forma participativa essa nova proposta de plano diretor que beneficiará a todos, a curto, médio e longo prazo. Afirmou que o Plano Diretor existe desde a década de setenta, mas seu processo de elaboração era exclusivamente técnico, e somente no ano de dois mil e um, o Estatuto da Cidade definiu que seria obrigatório que todos os planos diretores fossem feitos com a participação popular. Esclareceu que as propostas encaminhadas devem ser pertinentes ao plano diretor e enquadradas em um dos cinco eixos estratégicos do plano. Explicou minuciosamente o que é o plano diretor e sua abrangência. A seguir falou das propostas e dos temas mais recorrentes, destacando a necessidade da regularização fundiária, a urbanização ordenada, o acesso democrático a terra. O ordenamento do crescimento

urbano, a melhoria da fiscalização, a criação de uma lei especial para as áreas de riscos e a articulação dos bairros. Falou das zonas da cidade e de suas peculiaridades. Ressaltou a importância da acessibilidade aos espaços públicos e da fiscalização dos sistemas de transportes. Declarou que Outorga Onerosa é um dos instrumentos de controle do crescimento urbano, por exemplo, um empresário pode construir um prédio de quatro andares, caso ele queira construir, além disso, então ele paga por esse espaço a mais, o dinheiro arrecadado será redirecionado para criar conjuntos habitacionais, melhorar os serviços públicos que beneficie a população em geral. A seguir foram apresentadas as propostas apresentadas pelos participantes da Audiência, abaixo relacionadas: Implantação de ZEIS no Planalto do Pici; Regularização fundiária das ocupações, da Bela Vista objetivando fornecer o título de propriedade para os seus moradores; Criação de uma rede de abrigos temporários objetivando abrigar moradores de rua e aqueles que por situações adversas sejam obrigados a deixar sua moradia permanente; Legalização fundiária para as habitações do Parque Universitário (área do Pici); Criação de um Conjunto Habitacional para a população da comunidade Parque Universitário, a fim de garantir o direito a moradia; Criação de ciclovias junto aos principais corredores viários existentes (Bezerra de Menezes, João Pessoa, Francisco Sá, Messejana e Etc..) De forma paisagística e com plenas condições de segurança como garantia de deslocamento da população para casa, o trabalho, o lazer; Passar para o município de Fortaleza a competência e o gerenciamento de vias estaduais e federais localizadas no perímetro urbano de Fortaleza; Criação de passarelas em pontos estratégicos das cidades próximas aos terminais rodoviários, vias de grande circulação, escolas, e equipamentos de grande porte, objetivando viabilizar melhor acessibilidade e segurança da população; Incluir a bicicleta no trânsito efetivamente de forma segura, para dar mais qualidade de vida à população ao mesmo tempo que proporciona uma boa alternativa ao trânsito congestionado pelos ônibus e outros veículos automotores da nossa cidade; Exigir-se de cada empresa de grande porte que se implantasse na cidade que a mesma desse uma contrapartida em investimento na melhoria da urbanização daquela região a fim de garantir e cumprimento da função social da propriedade; Construção de conjuntos habitacionais atendendo a cota de 5% para habitações adaptáveis as pessoas com deficiência; Dar condições de acessibilidade as pessoas com deficiência no que tange aos transportes coletivos, terminais de ônibus e paradas ao longo das vias públicas; Construção de logradouros atendendo a norma técnica da ABNT, Norma NBR 9050, visando dar acessibilidade aos deficientes físicos nas praças, calçadas; Instalação de sinais sonoros aos cegos nas principais vias públicas que serão indicados pelas associações dos cegos. Criação de plataformas em pontos de transportes coletivo de forma acessível aos portadores de necessidade especiais a população em geral como forma de democratizar o acesso ao transporte coletivo; Retirada dos esgotos domésticos das redes de águas pluviais, colocando todos na rede de saneamento básico; Criação de um sistema de áreas verdes, praças nos vazios urbanos existentes no Bela Vista, próximos ao canal, com equipamentos públicos (Centros de Reciclagem, Escolas e etc...) que ao levar uso a esses espaços, permitissem a inclusão social e evitassem problemas de segurança através da geração de emprego e renda; Ampliação do projeto da Casa Raquel de Queiroz, de implantação da Biblioteca pela Prefeitura, integrando-o com a área do sítio, urbanizando as margens do riacho Maranguapinho e açude do sítio, de forma a criar Pólo Cultural Raquel de Queiroz; a região fica compreendida entre a Monsenhor Hipólito Brasil, Heribaldo Costa, Noel Rosa e Avenida Senador Fernandes Távora; Arborização das ruas e das avenidas da cidade; Criação de Conselho de moradores da Bela Vista de planejamento urbano, que interagisse com o poder público, sendo reconhecido pelo mesmo; Criação de uma secretaria ou um departamento que articule, junto com as secretarias municipais e políticas públicas voltada às pessoas com deficiência; Implantação de imediato do passe livre para pessoas com deficiência, obedecendo critérios sócio econômico, promovendo assim oportunidades de inclusão

social destas pessoas. Beatriz explicou que muitas das propostas são demandas de infraestrutura, e que são propostas do OP. Em seguida, teve início o processo de inscrição para a eleição dos delegados e delegadas. Foi esclarecido que cada candidato teria um minuto para a apresentação de sua proposta. De acordo com o número de inscritos, que foi de 103 pessoas, essa área de participação poderia eleger até doze delegados. Foi feita a leitura de dois artigos do regimento referentes à escolha de delegados naquela audiência pública territorial. Foi iniciado o processo de eleição dos delegados, que foi conduzido pela técnica da Prefeitura de Fortaleza, Paula Rabelo. Na presença dos fiscais da própria população, foram abertas as urnas e iniciada a apuração que resultou em doze delegados eleitos. Os candidatos eleitos foram Aginaldo José de Aguiar, Ângela Maria Batista Mesquita, Francisco de Assis Marques Pires, Francisco de Assis Matos Souza, Francisco Elenilson Gomes do Nascimento, Francisca de Sousa Alves, Juliana de Araújo Silva, Márcia Pereira da Silva, Maria de Fátima dos Santos, Maria José Pinto de Souza, Meuriane dos Santos Silva e Raimundo Gomes de Oliveira. Em seguida, depois de anunciado o nome de cada delegado, foi feita uma saudação final ao público e encerrada a presente audiência pública territorial da área de participação (AP 2). Nada mais havendo a tratar eu, Eveline Melo, lavrei a presente ata.

Fortaleza, 08 de junho 2006.

José Meneleu Neto  
**Secretário de Planejamento e Orçamento do Município**